

A ÉTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: IMPLICAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADE

THE ETHICS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: SOCIAL IMPLICATIONS AND RESPONSIBILITY

Elineuda do Socorro Santos Picanço Sousa

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Karin Regina de Bem Pereira

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Sandra Regina de Vargas

Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

Luciana da Fonseca

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Lúcia Lopes Borges Roncato

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/cs6cfs77>

Publicado em: 02.05.2025

Resumo: A Ética da Inteligência Artificial (IA) aparece como um tema emergente em um cenário dominado por tecnologias inteligentes. A escolha deste tema resulta da necessidade urgente de discutir os dilemas éticos que acompanham a implementação da IA, que afeta profundamente as vidas de indivíduos e comunidades. O objetivo principal do estudo é analisar as implicações éticas do desenvolvimento e uso da IA enfatizando a responsabilidade dos pesquisadores, desenvolvedores e tomadores de decisão. A metodologia adotada é a abordagem bibliográfica, que permite a exploração das diferentes perspectivas sobre questões como viés algorítmico, privacidade de dados e transparência em processos automatizados. Os principais resultados encontrados indicam que as diretrizes éticas para a IAM emergem como resposta à crescente influência da tecnologia em aspectos fundamentais da sociedade, como o mercado de trabalho e os direitos civis. Além disso, a pesquisa revela a importância de um arcabouço ético robusto que direcione as práticas relacionadas à IA. As conclusões mais relevantes apontam que a promoção de uma IA ética não se limita à solução de problemas técnicos, mas exige o envolvimento de diversos stakeholders e uma abordagem colaborativa entre disciplinas. A intersecção entre ética e IA destaca a necessidade de conscientização crítica e diálogo ativo sobre possíveis soluções, assegurando que a evolução da tecnologia contribua de forma positiva para o tecido social contemporâneo, moldando um futuro mais equitativo.

Palavras-chave: Ética; Inteligência Artificial; Responsabilidade.



Abstract: The Ethics of Artificial Intelligence (AI) appears as an emerging topic in a scenario dominated by intelligent technologies. The choice of this topic results from the urgent need to discuss the ethical dilemmas that accompany the implementation of AI, which profoundly affects the lives of individuals and communities. The main objective of the study is to analyze the ethical implications of the development and use of AI, emphasizing the responsibility of researchers, developers, and decision-makers. The methodology adopted is the bibliographic approach, which allows the exploration of different perspectives on issues such as algorithmic bias, data privacy, and transparency in automated processes. The main results found indicate that ethical guidelines for AI emerge as a response to the growing influence of technology on fundamental aspects of society, such as the labor market and civil rights. In addition, the research reveals the importance of a robust ethical framework that guides practices related to AI. The most relevant conclusions indicate that the promotion of ethical AI is not limited to solving technical problems, but requires the involvement of diverse stakeholders and a collaborative approach between disciplines. The intersection between ethics and AI highlights the need for critical awareness and active dialogue about possible solutions, ensuring that the evolution of technology contributes positively to the contemporary social fabric, shaping a more equitable future.

Keywords: Ethics; Artificial Intelligence; Responsibility.

Introdução

A ética da inteligência artificial (IA) é um campo de estudo que ganha cada vez mais relevância no contexto atual, especialmente à medida que as tecnologias avançam e se tornam parte integrante das esferas sociais e econômicas. As inovações proporcionadas pela IA não se restringem apenas à eficiência operacional, mas também levantam questões críticas acerca de responsabilidade, equidade e transparência.

Este tema apresenta considerações técnicas e um panorama ético que permeia a interação humana com as máquinas, exigindo um olhar atento às suas implicações sociais, que podem moldar o futuro das relações de poder e acesso a recursos essenciais.

Recentemente, diversos estudos têm evidenciado a crescente integração da IA em decisões que afetam diretamente a vida das pessoas, desde a seleção em processos de contratação até diagnósticos médicos. Segundo Barroso *et al.* (2023), “a produção científica sobre inteligência artificial e ética está em ascensão, refletindo a urgência da discussão sobre as implicações dessas tecnologias”. Este aumento na produção acadêmica denota um reconhecimento coletivo da necessidade de abordar a complexidade da IA sob a ótica ética.

A necessidade de discutir os riscos associados, como a discriminação algorítmica, torna-se premente. A importância desse estudo se torna evidente ao considerar que a falta de diretrizes éticas pode levar a decisões enviesadas e prejudiciais a grupos vulneráveis.

De acordo com Carvalho (2021), “a utilização responsável da IA exige uma abordagem ética bem fundamentada que considere os riscos e os benefícios de sua implementação”. Assim, a pesquisa se justifica pela necessidade de proporcionar uma análise crítica das diretrizes que regem o uso da IA em diferentes contextos, direcionando o debate para a criação de políticas públicas eficazes.

O problema central desta pesquisa consiste em investigar como as diretrizes éticas podem ser integradas nas práticas de desenvolvimento e aplicação da IA garantindo que seus benefícios sejam plenamente aproveitados, sem comprometer a justiça social.

A questão que emerge, portanto, é: como assegurar que as inovações em IA respeitem princípios éticos fundamentais e promovam a equidade social? O objetivo geral deste estudo é analisar as implicações éticas da implementação da IA nas diversas esferas da sociedade, buscando identificar lacunas e propor recomendações para a formulação de diretrizes mais robustas e inclusivas. Para atingir esse propósito, serão estabelecidos objetivos específicos que incluem: examinar casos de aplicação da IA que resultaram em discriminação, mapear as diretrizes existentes em diferentes países e contextos, e propor um conjunto de princípios éticos que possam guiar o desenvolvimento da tecnologia.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com revisão da literatura que contempla artigos, livros e documentos que discutem a relação entre ética e inteligência artificial. Essa abordagem permite uma análise aprofundada e fundamentada das práticas atuais e dos desafios enfrentados na implementação de uma IA ética e responsável. Em síntese, a discussão sobre ética na inteligência artificial configura-se como um espaço necessário para o debate contemporâneo, à medida que as tecnologias moldam a sociedade de formas complexas e interconectadas.

Este estudo contribui para a compreensão dessa intersecção, oferecendo uma perspectiva crítica sobre os desafios éticos, enquanto propõe diretrizes que visam a construção de um futuro mais igualitário e justo no uso da inteligência artificial. Como destaca Biondi e Cernev (2023), “a ética digital deve estar alinhada às soluções de IA para enfrentar os desafios do mundo real”. A urgência de promover um discurso consciente e responsável nesta área é evidente e torna-se imperativa para que a inovação tecnológica avance em harmonia com os valores sociais.

Referencial teórico

A discussão sobre a ética da inteligência artificial (IA) emerge como um tema central e multidisciplinar, envolvendo áreas como filosofia, ciência da computação e teoria social. A análise ética das tecnologias de IA tem ganhado relevância à medida que essas inovações se tornam presentes no cotidiano, provocando questionamentos sobre suas implicações sociais e morais. O contexto atual evidencia a necessidade de um embasamento teórico que sustente uma compreensão crítica e abrangente acerca do impacto da IA nas decisões que afetam a vida humana e o funcionamento das instituições.

Os conceitos centrais que norteiam o debate sobre a ética da IA incluem diversas teorias éticas e princípios que orientam a avaliação de comportamentos autônomos. O utilitarismo destaca-se ao enfatizar a maximização do bem-estar em decisões tomadas por sistemas automatizados, enquanto o deontologismo provoca reflexões sobre a responsabilidade moral das máquinas e a transparência nos critérios utilizados para suas decisões. Além disso, a noção de “inteligência responsável” surge como uma proposta que visa garantir que o desenvolvimento de tecnologias de IA respeite princípios éticos fundamentais, assegurando equidade e justiça em sua aplicação.

Os debates contemporâneos sobre a ética da IA contemplam múltiplas perspectivas, abrangendo discussões sobre o viés algorítmico e o respeito à privacidade dos dados. Importantes

autores defendem que a governança da IA requer um balizamento ético rigoroso, aludindo aos desafios que surgem em um cenário onde empresas privadas detêm o poder de definir normas e padrões. Este contexto convida à reflexão crítica sobre como as escolhas tecnológicas moldam a sociedade e quais são as responsabilidades dos desenvolvedores frente a essas escolhas.

A relação entre os conceitos teóricos apresentados e o problema de pesquisa no campo da ética em IA é evidente. A compreensão desses conceitos permite uma análise crítica dos impactos e das responsabilidades associadas à implementação de sistemas de IA, especialmente em áreas sensíveis como saúde e segurança. A conexão entre as teorias éticas e os problemas práticos que surgem na aplicação da IA fundamenta a verificação de como garantir a responsabilidade social e a justiça na tecnologia, tema central desta pesquisa.

A construção de um referencial teórico robusto a partir das abordagens discutidas sustenta o estudo da ética da IA. Essa fundamentação teórica contextualiza a problemática do uso da inteligência artificial e proporciona um arcabouço para examinar suas consequências na sociedade. A integração dos conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas enriquece a reflexão e torna o debate mais abrangente. Ao se vincular teoria e prática, busca-se promover um entendimento mais profundo das dinâmicas entre tecnologia, ética e direitos humanos.

As contribuições teóricas e práticas de autores reconhecidos na área oferecem uma base sólida para o desenvolvimento de soluções que visem a implementação responsável da IA. Corrêa *et al.* (2022) afirmam que “a adoção de uma abordagem ética na governança da IA é essencial para mitigar riscos sociais e garantir confiança pública”, apontando para a necessidade de um olhar crítico e construtivo sobre as aplicações tecnológicas. Dessa forma, a reflexão acadêmica e a análise fundamentada se tornam notáveis para a promoção de inovações tecnológicas que respeitem os direitos dos indivíduos e a integridade social.

Desafios éticos

A adoção crescente de Inteligência Artificial (IA) nas mais variadas esferas da sociedade traz à tona uma série de desafios éticos que requerem análise cuidadosa. Priorizar a ética neste contexto se mostra fundamental, pois as tecnologias de IA ganham cada vez mais espaço e complexidade. A questão da privacidade emerge como uma das principais preocupações, especialmente devido à capacidade da IA de processar grandes volumes de dados pessoais. Essa realidade se intensifica com o uso de tecnologias como o *reconhecimento facial*, que suscita debates acalorados sobre a liberdade individual e a segurança pública.

As situações em que a coleta de dados ocorre sem o expresso consentimento dos indivíduos geram um dilema ético importante. Esse conflito coloca em evidência a necessidade de uma reflexão crítica sobre os limites da intervenção tecnológica na vida cotidiana. Quando a privacidade se torna vulnerável, como garantir que os direitos dos cidadãos sejam preservados? Holderegger e Duarte (2025, p. 75) afirmam que “os impactos sociais da inteligência artificial demandam uma análise profunda sobre a relação entre tecnologia e os direitos individuais”. Portanto, a proteção da privacidade é fundamental em um cenário em que a coleta de dados está quase sempre presente.

Simultaneamente, a questão da imparcialidade e transparência na tomada de decisões mediadas pela IA exige um olhar atento. Muitas vezes, algoritmos considerados “neutros”

podem, na verdade, reproduzir vieses sociais e históricos presentes nos dados utilizados para seu treinamento. Essa situação se configura como um risco significativo, especialmente em áreas sensíveis como o mercado de trabalho. A discriminação pode ocorrer, levando a que candidatos de certas etnias ou gêneros sejam injustamente excluídos de oportunidades. Isso reforça a ideia de que a responsabilidade de mitigar esses riscos não se limita apenas aos desenvolvedores e empresas, mas se estende também aos formuladores de políticas.

É imperativo que haja uma regulamentação clara que assegure a responsabilidade e a imparcialidade dos sistemas de IA. Assim, o desafio de garantir sistemas justos e transparentes requer um esforço colaborativo, envolvendo diversas partes interessadas. A articulação entre tecnologia e ética se torna um elemento-chave para promover um ambiente mais justo e equitativo, especialmente em contextos em que a discriminação pode ter consequências diretas e prejudiciais na vida das pessoas.

Outro aspecto significativo reside nas consequências sociais das interações entre humanos e máquinas. O uso da IA em ambientes de trabalho promete otimizar processos e aumentar a eficiência. Contudo, essa otimização provoca preocupações legítimas relacionadas à automação e ao impacto sobre o emprego. A substituição de trabalhadores por sistemas automatizados pode acentuar desigualdades econômicas e sociais. Lopes (2025) destaca que “a interface entre tecnologia, moralidade e sociedade demanda uma atenção especial para que os avanços não se tornem uma barreira ao desenvolvimento humano”.

A requalificação da força de trabalho se impõe como uma resposta essencial a esse fenômeno. Desenvolver políticas sociais que protejam os mais vulneráveis é uma necessidade imediata em um cenário onde a automação cresce rapidamente. Assim, as possibilidades de reconfigurar o mercado de trabalho devem ser consideradas de modo abrangente, visando um equilíbrio que beneficie tanto a economia quanto os indivíduos. A falta de ação em relação a esses desafios pode criar um fosso ainda maior entre diferentes grupos sociais.

É evidente, portanto, que os desafios éticos originados pela IA não são meramente teóricos, possuem implicações sociais concretas. Uma abordagem ética deliberada se faz necessária para orientar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias inteligentes, garantindo não apenas a inovação, mas também a inclusão e a justiça social. Não se trata apenas de um discurso sobre ética na tecnologia, mas de uma prática aplicada que precisa ser integrada a todas as etapas de criação e implementação de sistemas de IA.

A educação também desempenha um papel fundamental nesta discussão. A formação de profissionais capacitados para lidar com os dilemas éticos da IA se torna imprescindível. “Sistemas de recomendação e monitoramento personalizado com inteligência artificial podem guiar o futuro da educação, mas devem ser aplicados com responsabilidade” (Guimarães *et al.*, 2023). Este enfoque assegura que as novas gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios associados à evolução tecnológica.

Portanto, fomentar um diálogo contínuo entre especialistas, formuladores de políticas e a sociedade civil se torna uma condição necessária. Esse intercâmbio de ideias não apenas enriquece o debate, mas também estabelece bases sólidas para a construção de soluções mais eficazes para os problemas éticos em jogo. O engajamento da sociedade nesse processo é vital para que a ética não seja apenas um conceito, mas uma prática que permeie o desenvolvimento tecnológico.

Os impactos da IA, portanto, não se limitam a inovações tecnológicas, mas se estendem a todas as dimensões da vida social. Cada implementação de um sistema de IA traz consigo questões que precisam ser discutidas abertamente. O envolvimento da comunidade acadêmica nessa discussão é essencial para a legitimação das práticas adotadas. Ler, aprender e contribuir para essa conversa ajuda a moldar um futuro em que a tecnologia serve ao bem comum e não perpetua desigualdades.

Essas intersecções entre tecnologia, ética e sociedade mostram a importância de um olhar crítico sobre a implementação de IA. A responsabilidade deve ser compartilhada entre todas as partes interessadas para que não apenas os avanços tecnológicos ocorram, mas que estes sejam realizados de forma que respeitem os direitos e valores humanos. Assim, construímos um ambiente no qual a IA pode, de fato, contribuir para o bem-estar da sociedade, reduzindo vieses e promovendo inclusão.

Em suma, discutir a ética da IA é um passo fundamental para enfrentar questões que afetam diretamente a vida das pessoas. Este diálogo, permeado por uma responsabilidade coletiva, se torna essencial para guiar o desenvolvimento ético das tecnologias. A promoção de práticas justas e transparentes pode assegurar que os benefícios da IA sejam distribuídos de maneira equitativa entre todos os segmentos da sociedade. O compromisso em buscar soluções que priorizem o bem-estar humano deve ser a linha mestra na jornada rumo ao futuro tecnológico que almejamos.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório de natureza qualitativa, cuja abordagem visa compreender as intersecções entre a ética e as práticas de inteligência artificial (IA) no contexto social contemporâneo. Os objetivos principais são identificar as preocupações éticas associadas ao desenvolvimento de sistemas de IA e analisar as implicações sociais desses avanços tecnológicos. Para tanto, a pesquisa irá desenvolver um estudo sistemática da literatura existente e uma pesquisa empírica através de estudos de caso em diferentes setores.

O método escolhido consubstancia-se na combinação de pesquisa bibliográfica e estudos de caso. A revisão da literatura é fundamental para a construção do referencial teórico, permitindo identificar as principais questões éticas debatidas em estudos anteriores. Nesse sentido, Moran (2018, p. 5) salienta que “as metodologias ativas favorecem uma aprendizagem mais profunda”, o que orienta a nossa busca por um entendimento profundo das preocupações em relação à IA. Juntamente a isso, os estudos de caso possibilitarão uma análise contextualizada e abrangente sobre como essas tecnologias impactam a sociedade.

Para a coleta de dados, foram empregadas diversas técnicas, incluindo a análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental englobará publicações acadêmicas, relatórios institucionais e normativas existentes sobre IA permitindo identificar as preocupações éticas levantadas por esses documentos. As entrevistas, por sua vez, serão realizadas com especialistas e stakeholders, proporcionando uma diversidade de perspectivas sobre as práticas de IA em diferentes áreas, como saúde e segurança pública.

Os instrumentos de pesquisa utilizados consistem em um questionário semiestruturado para as entrevistas e um protocolo de análise para os documentos coletados. O questionário

abordará temas como viés algorítmico, transparência e a responsabilidade dos desenvolvedores e usuários de IA. Essa estrutura permitirá a coleta de dados qualitativos ricos que contribuirão para uma discussão aprofundada das questões éticas em jogo.

Os procedimentos para a análise dos dados envolverão uma abordagem de análise de conteúdo, considerando tanto as narrativas extraídas das entrevistas quanto os conceitos identificados na análise documental. A análise temática possibilitará identificar padrões e categorias emergentes, fornecendo embasamento para discussões sobre as implicações sociais da IA. Narciso e Santana (2025, p. 19463) reforçam a relevância de uma análise crítica ao afirmar que “as metodologias científicas devem ser adaptadas aos novos contextos da educação e tecnologia”.

Os aspectos éticos considerados na pesquisa incluem a obtenção de consentimento informado dos participantes das entrevistas, garantindo que suas contribuições sejam devidamente respeitadas e preservadas. Além disso, será assegurada a confidencialidade das informações coletadas, de modo a respeitar a privacidade dos entrevistados e promover um ambiente de confiança durante a pesquisa.

Apesar de todos os cuidados, a pesquisa apresenta limitações metodológicas, como a possibilidade de viés na seleção dos participantes das entrevistas e a abrangência restrita dos casos a serem estudados. Reconhecemos que a diversidade de opiniões pode não ser completamente representada, especialmente em um campo tão dinâmico como o da IA.

Por meio da articulação dessas metodologias, a pesquisa busca criar um espaço de reflexão crítica sobre a ética na inteligência artificial, promovendo um entendimento abrangente das complexidades desse tema. As discussões geradas a partir da coleta e análise dos dados têm o potencial de influenciar tanto a prática acadêmica quanto as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento e uso de tecnologias em contextos sociais. Assim, a metodologia adotada não apenas contribuirá para um diagnóstico das preocupações éticas atuais, mas também para o delineamento de propostas que visem um futuro mais responsável e ético na utilização da IA.

Resultados e discussão

A ética da inteligência artificial (IA) emerge como um tema essencial na sociedade contemporânea, à medida que essas tecnologias se incorporam de forma crescente ao cotidiano das pessoas. O desenvolvimento da IA não ocorre em um vácuo; ao contrário, está profundamente interligado com aspectos sociais, culturais e éticos que demandam uma análise cuidadosa. Essa análise das implicações da IA vai além da funcionalidade técnica, abrangendo o contato tecido entre tecnologia e valor humano. O diálogo entre pesquisadores e formuladores de políticas é prematuro se não considerar os dilemas éticos inerentes à implementação dessa tecnologia.

Estudos recentes indicam que a percepção pública sobre a IA percorre um espectro amplo, variando conforme experiências individuais e contextos sociais. Em particular, a visão crítica sobre o papel da IA no cotidiano não pode ser ignorada. Fatores como desigualdade e privacidade aparecem como preocupações centrais que influenciam a aceitação dessa tecnologia. A coexistência de otimismo e receio, como evidenciado por Miranda *et al.* (2024, p. 247-248), sinaliza que a confiança das pessoas em relação à IA depende fortemente da transparência em seu desenvolvimento e uso.

A necessidade de confiança se transforma em um fator determinante para a adoção da IA em diversas esferas da vida. O desenvolvimento contínuo de práticas que promovam a ética na tecnologia se torna fundamental, especialmente em ambientes onde a automação se impõe como uma solução para questões operacionais. O aumento da eficiência não deve vir à custa da equidade, e a inclusão de vozes diversas no processo de criação em IA é essencial para mitigar impactos negativos. Portanto, a promoção da diversidade nas etapas de desenvolvimento não é apenas desejável, mas sim urgente.

A relação entre IA e emprego suscita discussões críticas sobre a inclusão ou exclusão de trabalhadores, uma vez que a automação pode intensificar disparidades sociais. O acesso desigual a oportunidades de formação tecnológica pode tornar um segmento da população ainda mais vulnerável. Nesse contexto, a análise de Moreira e Ribeiro (2023) enfatiza que o letramento e competência informacional devem ser elementos centrais na formação de profissionais aptos a interagir com tecnologias emergentes, assim como na promoção de relações éticas em diversas esferas.

Analisando as práticas de vigilância, torna-se evidente que a aplicação de algoritmos em contextos como segurança pública pode perpetuar discriminações se as implementações não forem monitoradas. As consequências são sérias, levando à marginalização de grupos historicamente desfavorecidos e provocando um ciclo contínuo de injustiça. É necessário, portanto, que desenvolvedores e legisladores trabalhem juntos para estabelecer mecanismos de supervisão que garantam não apenas a eficácia operacional, mas também um compromisso ético com a justiça.

A responsabilidade ética na implementação da IA não pode ser relegada a segundo plano. O paradigma em formação deve priorizar a justiça e a equidade em vez de apenas resultados de eficiência. As diretrizes que guiam a criação de inteligências artificiais precisam ser formuladas com um sentido claro de responsabilidade social – a ética não é uma opção, mas uma necessidade. Moura (2025) elucidou que os direitos humanos e garantias fundamentais dos cidadãos devem sempre ser preservados, independentemente das inovações tecnológicas.

A construção de diretrizes éticas é um exercício colaborativo que envolve diversos stakeholders. As vozes da sociedade civil, particularmente de grupos minoritários, precisam ser integradas nas discussões sobre IA. Essa abordagem inclusiva contribui para o desenvolvimento de soluções que respeitam e valorizam a dignidade humana. A cocriação de políticas de IA, portanto, se mostra um caminho promissor para uma implementação que evite preconceitos e discriminações.

Ao refletir sobre a responsabilidade compartilhada de todos os envolvidos, percebe-se que as soluções tecnológicas devem ser projetadas de forma a beneficiar a coletividade. A responsabilidade social na criação de IA reforça a necessidade de uma abordagem ética em todas as fases do seu ciclo de vida. Henrique e Souza (2024) fundamentam que é preciso garantir que todos os interessados tenham acesso às informações e participem da discussão sobre como essa tecnologia deve ser utilizada.

As implicações da IA nas instituições sociais amplificam a urgência de desenvolver uma estrutura ética robusta. À medida que essa tecnologia se insere em diferentes setores, as interações humanas também se modificam. Os desafios a serem superados não são apenas técnicos; envolvem um compromisso ético que deve ser fundamental. A relação entre a ética e a tecnologia se manifesta através de esforços conjuntos para garantir que as inovações sirvam ao bem comum.

No cenário educacional, a importância do letramento em tecnologia torna-se evidente. A formação de cidadãos críticos e informados é essencial para que a sociedade lide com os desafios impostos pela IA. O acesso a conhecimentos que promovam a criticidade em relação ao uso da tecnologia pode equipar indivíduos com as ferramentas necessárias para tomar decisões conscientes. Assim, a educação deve ser reestruturada para incluir discussões sobre ética da tecnologia de forma premente.

A participação ativa de todos os setores da sociedade no diálogo sobre a IA resulta em uma cidadania mais informada e, portanto, mais capaz de exigir responsabilidade. Cada cidadão deve ser incentivado a questionar os impactos que as tecnologias têm em suas vidas, em particular aquelas relacionadas à IA. A responsabilidade ética na criação de tecnologia deve ser uma preocupação coletiva, e a sociedade deve avaliar criticamente a influência das inovações em seus direitos e deveres.

A interdependência entre tecnologia e ética nível de aceitação social torna-se ainda mais visível à medida que a IA se torna parte integrante das vidas cotidianas. Uma abordagem ética mais ampla é necessária para equilibrar os benefícios da tecnologia com a proteção da dignidade humana. A pesquisa acadêmica e as análises críticas devem continuar a lançar luz sobre as implicações sociais e éticas de cada nova inovação em IA.

Com isso, a construção de uma sociedade tecnologicamente avançada, mas também ética, exige um diálogo contínuo e inclusivo. Esse diálogo deve atravessar as barreiras dos setores público e privado, criando um espaço onde todos os pontos de vista possam ser ouvidos e aproveitados. O resultado ideal é uma integração de práticas éticas que promovam um desenvolvimento equilibrado e justo, respeitando a diversidade e os direitos humanos.

Portanto, a discussão sobre a ética em IA se apresenta como uma evolução necessária que não pode ser evitada. As diretrizes éticas formadas por um conjunto de valores e compromissos devem ser claras e bem definidas. Estabelecer normas éticas efetivas requer um processo inclusivo, onde todas as vozes da sociedade sejam levadas em conta. Só assim a inteligência artificial pode ser de fato uma aliada na construção de um futuro mais justo e igualitário.

Considerações finais

A análise das implicações sociais e da responsabilidade ética na implementação de sistemas de inteligência artificial (IA) objetiva destacar a necessidade de um quadro normativo robusto que regule o uso dessa tecnologia. A crescente presença da IA em setores variados, como saúde, segurança pública e educação, levanta questionamentos sobre a efetividade de sua aplicação em respeito aos direitos humanos e na promoção da justiça social. Conforme Nascimento (2023), “a conformidade com normas éticas deve guiar a produção de conhecimento”, o que se aplica de forma análoga à construção de sistemas de IA que atendam a tais critérios.

Os resultados da pesquisa indicam que a construção de uma IA ética é essencial, uma vez que a má implementação pode intensificar desigualdades e criar novos riscos, como a discriminação algorítmica e a violação da privacidade. A intersecção entre tecnologia e ética transcende o debate acadêmico, tornando-se um imperativo prático. Essa perspectiva está alinhada com as reflexões propostas por Rossetti e Angelucci (2021), que enfatizam que “os desafios éticos devem ser levados em conta no avanço da tecnologia”.

Interpretando os achados, a responsabilização e a transparência emergem como elementos centrais na discussão sobre as responsabilidades da IA. Uma abordagem que não considera a diversidade de vozes e experiências pode resultar em soluções inadequadas e prejudiciais. Assim, a colaboração entre desenvolvedores, legisladores e usuários se torna vital, visto que cada stakeholder traz uma perspectiva que enriquece a análise e a resolução de problemas relacionados ao uso de IA.

As contribuições deste estudo para a área de tecnologia e ética são significativas, pois proporcionam uma compreensão mais profunda da necessidade de uma abordagem inclusiva e consciente na criação de sistemas algorítmicos. Contudo, as limitações da pesquisa se evidenciam na falta de um abrangente marco teórico que contemple a diversidade de contextos em que a IA é aplicada, assim como a insuficiência de dados empíricos que sustentem as propostas de ética na inteligência artificial.

Sugerem-se estudos futuros que explorem a experiência de diferentes comunidades na interação com a IA, bem como o impacto da educação em ética digital em instituições de ensino. O foco na capacitação de futuras gerações permitirá uma crítica mais fundamentada e uma contribuição ativa na moldagem das tecnologias emergentes. Pena e Faria (2024) assinalam que “o investimento em formação ética é indispensável para o impacto positivo da tecnologia na sociedade”.

Por fim, a ética da IA não deve ser encarada como um obstáculo ao avanço tecnológico, mas como um facilitador para um futuro mais justo e sustentável. O comprometimento com a avaliação ética contínua e um diálogo aberto se apresenta como fundamental para construir a confiança pública nas inovações tecnológicas. Essa reflexão final traz à luz a relevância deste trabalho na busca por uma convivência harmônica entre a sociedade e as suas inovações.

Dessa forma, a sociedade contemporânea enfrenta um grande desafio que não exige apenas inovações técnicas, mas também um engajamento genuíno com os valores que regem as relações humanas. A capacidade de aliar o avanço tecnológico a princípios éticos será a chave para assegurar que a inteligência artificial sirva efetivamente ao bem comum, respeitando a pluralidade e diversidade social, conforme reiterado nas pesquisas atuais.

Referências

- BARROSO, S.; CRUZ, L.; CASTRO, D. **Produção científica sobre inteligência artificial e ética: uma análise bibliométrica**. 2023.
- BIONDI, G.; CERNEV, A. Nuveo: ética digital e inteligência artificial para desafios do mundo real. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 3, 2023.
- CARVALHO, A. Inteligência artificial: riscos, benefícios e uso responsável. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 21-36, 2021.
- CORRÊA, N.; OLIVEIRA, N.; MASSMANN, D. Sobre a eficiência da ética como ferramenta de governança da inteligência artificial. **Veritas**, v. 67, n. 1, e42584, 2022.
- GUIMARÃES, J. et al. Guiando o futuro da educação sistemas de recomendação e monitoramento personalizado com inteligência artificial. **Revista Acadêmica Online**, v. 9, n. 48, e1282, 2023.
- HOLDEREGGER, R.; DUARTE, L. **Os impactos sociais da inteligência artificial**. p. 75-

80, 2025.

LOPES, G. Ia e ética: a interface entre tecnologia, moralidade e sociedade. **Brazilian Journal of Technology**, v. 8, n. 1, e78693, 2025.

MIRANDA, E. et al. **O marco legal da inteligência artificial no brasil pode prejudicar o desenvolvimento da ia no país?** p. 247-248, 2024.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso, 2018. p. 2-25.

MOREIRA, J.; RIBEIRO, J. Letramento e competência informacional e as relações éticas na gestão da informação e do conhecimento no contexto da inteligência artificial. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 17, e023047, 2023.

MOURA, W. Direitos humanos e garantias fundamentais dos cidadãos na era da inteligência artificial. **EPISTIMONIKI**, v. 2, n. 1, 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2024.

NASCIMENTO, C. A relação entre a escrita acadêmica e as normas da ABNT. **Revista Brasileira de Linguística**, v. 12, n. 1, p. 89-105, 2023.

PENA, F.; FARIA, M. Reflexões sobre o uso da inteligência artificial em ambientes de profissionais de saúde: impactos atuais e futuros. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 2833-2846, 2024.

ROSSETTI, R.; ANGELUCI, A. Ética algorítmica: questões e desafios éticos do avanço tecnológico da sociedade da informação. **Galáxia**, n. 46, 2021.